



**DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)**

O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA 2

Atena
Editora

Ano 2020



**DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)**

O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA 2

Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Karine de Lima

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

B823 O Brasil dimensionado pela história 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020. – (O Brasil Dimensionado pela História; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-915-8

DOI 10.22533/at.ed.158201501

1. Brasil – História. 2. Brasil – Fronteiras. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série.

CDD 981.65

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Um Brasil, muitos “Brasis”. A própria necessidade de descrever o plural entre aspas aponta para o obrigatório caráter de singularidade que vem com definições como país, nação e território nacional. Entretanto, há algo de profundamente idealista, simplificador e até mesmo pueril a respeito dessa singularização obrigatória. Países, a final, são químicas de muitos compostos e processos, raramente fáceis de delinear.

O Brasil, como qualquer outro país, é produto de conflitos, tensões e representações. Ao mesmo tempo uma imposição de condições circunstanciais e da assimilação de discursos internalizados, o Brasil existe na mente de seus habitantes como uma abstração, uma identidade coletiva, antes de se colocar como uma linha mais coerente de ideias encadeadas. Um recorte geográfico gigantesco. Uma economia complexa. Uma emblemática coleção de territórios, paisagens emocionais, panoramas urbanos. Uma frustrante cadeia de problemas políticos, sociais e ecológicos. Uma história. Múltiplas histórias.

Pois todos os fios das lutas e idiossincrasias que unem para constituir a trama deste país, um quadro complexo, variado e repleto de contradições, não podem ser compreendidos senão como produtos e signos dos contextos históricos em que nasceram. A história oferece um conjunto único de lentes, que nos permite detectar e apreciar os intrincados desenhos que compõem essa rica trama. A história permite dimensionar (e tensionar) diferentes “Brasis”, possibilitando outros olhares e enquadramentos, que complexificam as narrativas que contam e ressignificam o próprio conceito de Brasil.

Economia. Política. Arte. Religião. Educação. Campos de ação que fracionam a experiência humana em unidades compreensíveis e manuseáveis, produzindo especialidades e, mais importante, especificidades. Pela mirada da história podemos vislumbrar cada um destes recortes por intermédio das trajetórias descritas e geradas pelos mesmos, permitindo-nos melhor apreciar as facetas e dimensões deste país. Diferentes campos convergem para construir uma narrativa que auxilie na construção da identidade brasileira, a qual encontra na história um horizonte orientador para suas lutas e desafios. Aqui, a história se torna a pedra de toque para a leitura de diferentes problemáticas, que em última análise se propõem a medir os impactos das ações humanas no tempo e, também, construir um futuro mais humano e com mais acertos.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“O DIA EM QUE O CACIQUE” ENTOOU “UMA VOZ SOBERANA NO AR”: UM SAMBA DA VAI-VAI E DA NENÊ COMO LINGUAGEM DE PROTESTO EM TEMPOS SOMBRIOS	
Emerson Porto Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1582015011	
CAPÍTULO 2	13
APONTAMENTOS HISTÓRICO-FILOSÓFICOS SOBRE AS ORIGENS E A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
Danne Vieira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1582015012	
CAPÍTULO 3	25
CEARENSES OU PIAUIENSES? REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE NA VILA DE AMARRAÇÃO NO LITORAL DO PIAUÍ NO FINAL DO SÉCULO XIX	
Marcus Pierre de Carvalho Baptista Francisco de Assis de Sousa Nascimento Elisabeth Mary de Carvalho Baptista	
DOI 10.22533/at.ed.1582015013	
CAPÍTULO 4	37
CAMINHOS DA HISTÓRIA INDÍGENA: TEORIAS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS	
Éder da Silva Novak Maria Simone Jacomini Novak	
DOI 10.22533/at.ed.1582015014	
CAPÍTULO 5	47
CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (1989-2009): 20 ANOS DE HISTÓRIA	
Marina Carolina Rezende Costa	
DOI 10.22533/at.ed.1582015015	
CAPÍTULO 6	58
JUSTIÇA ESTATAL E JUSTIÇA NEGOCIADA: FURTO DE GADO, AÇÃO PENAL E JUSTIÇA NÃO ESTATAL NO BRASIL (1860- 1899)	
Lucas Ribeiro Garro Lourenço	
DOI 10.22533/at.ed.1582015016	
CAPÍTULO 7	70
INTERFACE ENTRE FOUCAULT E BUTLER: CAMINHOS PARA SE PENSAR OS CORPOS, SEXUALIDADES/GÊNEROS, PRÁTICAS DE SI, E RESISTÊNCIAS	
João Marcelo de Oliveira Cezar	
DOI 10.22533/at.ed.1582015017	
CAPÍTULO 8	80
MARANHÃO, A ÚLTIMA CRUZADA ENCANTARIA SEBASTIÂNICA E ESCRITOS CAVALEIRESCOS MEDIEVAIS	
Marcus Baccega	

DOI 10.22533/at.ed.1582015018

CAPÍTULO 9 95

HISTÓRIA PÚBLICA E PATRIMÔNIO EM PAULO FRONTIN - PR

[Welerson Fernando Giovanoni](#)

[Michel Kobelinski](#)

DOI 10.22533/at.ed.1582015019

CAPÍTULO 10 110

O POBRE: AS REPRESENTAÇÕES DA POBREZA NA IMPRENSA DE JUIZ DE FORA EM FINS DO SÉCULO XIX

[Iolanda Chaves Ferreira de Oliveira](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150110

CAPÍTULO 11 119

OS FRANCISCANOS E OS GENTIOS NO BRASIL COLONIAL – A SERVIÇO DA FÉ E DA COROA

[Peter Johann Mainka](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150111

CAPÍTULO 12 148

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL “POR DENTRO DA HISTÓRIA”: UM GUIA PARA A METODOLOGIA?

[Francilene Ramos Lourenço Soares](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150112

CAPÍTULO 13 157

A PRODUÇÃO FÍLMICA “ARAGUAIA: CAMPO SAGRADO” E A INTERPRETAÇÃO DE SUA NARRATIVA

[Marcondes da Silveira Figueiredo Júnior](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150113

CAPÍTULO 14 176

O PENSAMENTO ANARQUISTA NA IMPRENSA ANARQUISTA DURANTE AS CRISES DA DEMOCRACIA NO BRASIL

[Pedro Rachid de Paula Reino](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150114

CAPÍTULO 15 187

UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO LULISMO (2003-2010)

[Nathan dos Santos Alves](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150115

CAPÍTULO 16 198

A EDUCAÇÃO NO BRASIL E OS PACTOS DA BRANQUITUDE

[Adelina Malvina Barbosa Nunes](#)

[Margareth Diniz](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150116

CAPÍTULO 17	208
O ENSINO DA HISTÓRIA, ENTRE A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA E A CULTURA ESCOLAR	
Antonio Carlos Figueiredo Costa	
DOI 10.22533/at.ed.15820150117	
CAPÍTULO 18	217
O TRAÇADO DA GUERRA: A CARICATURA COMO ARMA NA GUERRA DO PARAGUAI (1864 – 1870)	
Theo de Castro e Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.15820150118	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	229
ÍNDICE REMISSIVO	230

O POBRE: AS REPRESENTAÇÕES DA POBREZA NA IMPRENSA DE JUIZ DE FORA EM FINS DO SÉCULO XIX

Data de aceite: 05/12/2019

Iolanda Chaves Ferreira de Oliveira

Programa de pós-graduação em História Social
da Universidade Federal do Rio de Janeiro –
PPGHIS/UFRJ
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

RESUMO: Este artigo tem como principal objeto de análise o jornal juizforano *O Pobre*, propriedade da União Catholica Pão de Santo Antônio. A intenção desse estudo é buscar compreender através do periódico qual percepção da pobreza está presente e sendo veiculada, percebendo o posicionamento cristão referente a essas questões que a permeiam, e observar como acontecem no município as dinâmicas de caridade e filantropia. É importante atentar para o contexto em que o jornal é publicado: cidade de Juiz de Fora anos 1899 e 1900, momento em que o município passava por um processo de acumulação de capitais, promovendo uma salutar expansão socioeconômica, resultando em um projeto de modernização, como vinha ocorrendo em outras localidades, como na capital, Rio de Janeiro. Sendo assim, os setores políticos e economicamente mais distintos passam a se preocupar não somente com as reformas modernizadoras do espaço urbano,

mas também com as consequências desse rápido e desordenado processo de crescimento que agravaram o desemprego, a criminalidade e a miséria na região. Busca-se entender a partir desse jornal, que é uma parte de um conjunto de fontes, como são construídas as representações da pobreza na imprensa juizforana, e como isso nos possibilita entender em parte as nuances e complexidades da pobreza no município, bem como as ressonâncias desse processo em um sentido mais amplo, ou seja, como os setores marginalizados são representados em uma escala maior, e qual o significado disso em termos sócio-políticos.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza; Imprensa; Caridade

“O POBRE”: REPRESENTATIONS OF POVERTY IN THE PRESS OF JUIZ DE FORA IN THE END OF NINETEENTH CENTURY

ABSTRACT: This article has as the mainly object of analysis the newspaper “*O Pobre*”, property of the catholic union “Pão de Santo Antônio”. The intention of this study is understand through the journal which perception of poverty is present and being conveyed, realizing the christian position regarding these issues that permeate it, and observe how the dynamics of charity and philanthropy happen in the city. It is important to pay attention to the context: city of Juiz de Fora years 1899 and 1900, when the

municipality was going through a process of capital accumulation, promoting a healthy socioeconomic expansion, resulting in a modernization project, as was happening in other places, such as the capital, Rio de Janeiro. Thus, the politically and economically most distinct sectors are becoming concerned not only with the modernizing reforms of the urban space, but also with the consequences of this fast and disorderly growth process that aggravated unemployment, crime and misery in the region. We seek to understand from this newspaper, how the representations of poverty in the Judge-Forana press are constructed, and how this enables us to understand in part the nuances and complexities of poverty in the municipality, as well as how the resonances of this process in a broader sense, that is, how marginalized sectors are represented on a larger scale, and what is the significance of this in socio-political terms.

KEYWORDS: Poverty; Press; Charity

1 | A “PRINCEZA DE MINAS” CIVILIZA-SE: MODERNIDADE E POBREZA EM JUIZ DE FORA

O espraiamento dos ideais de progresso e modernidade irradiados através do imperialismo europeu, assentado no novo modo de vida burguês e capitalista, instalou suas bases em territórios tidos como periféricos tais como a América Latina, e especificamente no Brasil se intensificou a partir do desfacelamento do Império e foi abraçado no regime republicano. Foram definidas, de acordo com os padrões eurocêntricos, novas diretrizes acerca do “ser civilizado”, ditando o que, a partir daquele momento, era ou não considerado moderno, desenvolvido, e ao mesmo tempo, no sentido oposto, dado à barbárie e ao atraso, fixando tudo aquilo que deveria ser preconizado ou descartado e esquecido. Na prática, essas diretrizes foram sumariamente incorporadas no discurso oficial da República através dos setores políticos, mas também dos grupos empresariais das grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, contudo, tomadas as devidas proporções esse processo de modernização se assentou sobretudo em duas frentes: o reordenamento do espaço urbano, privilegiando principalmente o viés estético; e o empreendimento sanitário, que vislumbrava não só sanear o território, mas vinha carregado de valores de higienização sócio-moral, tendo em vista alvos bem definidos.

A reestruturação das cidades provocou intensas mudanças não só na malha urbana, como também no cotidiano e no estilo de vida dos seus habitantes, como reflete Berman (2014, p. 26) os cidadãos se viam em um paradoxo de coexistir em um mundo em constante transformação e outro que estava distante da dita modernidade. Essa nova configuração que contava com um forte apelo estético das novas construções e normatização do espaço urbano, um “modernismo à brasileira”, era carente em políticas públicas em termos de cidadania, saúde, assistência e organização social, em termos mais gerais.

A cidade de Juiz de Fora (Minas Gerais) é um exemplo oportuno de município de

médio porte que tendo aderido ao discurso da modernidade, promoveu intervenções no espaço urbano, medidas sanitaristas e intercedeu através dos aparatos legais e legislativos que lhe competiam a favor de uma nova ética trabalhista e educacional, correspondentes a essa nova “fase” do país. Em uma coluna do periódico *O Pharol* no ano de 1890, Ambrósio Vieira Braga, prefeito do município entre 1898 e 1900, exalta esse caráter moderno declarando que a

localidade de clima invejável, oferecendo todas a commodidades e confortos da vida moderna, a cidade de Juiz de Fora, pelos seus progressos, adiantamento e população já densa parece-me ser aquella, neste Estado, que reúne as condições de preferencia...

A historiografia produzida sobre Minas Gerais remonta principalmente ao século XVIII e ao período minerador, se estendendo até o momento em que a atividade entra em crise, o que teria resultado em uma decadência econômica expressiva em toda a capitania. Essa abordagem foi gradativamente questionada, e novos caminhos historiográficos no fim do século XX abriram espaço para a ideia do desenvolvimento de uma economia que se adaptou e internamente se tornou dinâmica e mercantilizada (PINTO, 2008, p. 7), permitindo que novas regiões intensificassem seu sistema produtivo. O surgimento da Vila de Santo Antônio do Paraíbuna, e em 1856, elevada a categoria de cidade, Juiz de Fora, é componente significativa dessa economia interna e diversificada na região da Zona da Mata mineira.

Sonia Regina Miranda identifica duas vias de expansão do município, que mais tarde, já nas últimas décadas do século XIX, permitiram um processo endógeno de acumulação de capitais que viabilizaram o investimento em industrialização: a primeira delas, nas primeiras décadas do século XIX, com a ocorrência da expansão das áreas cultiváveis da Zona da Mata, logo, nos arredores da então vila, que lentamente se converteram de entreposto comercial e zona de abastecimento em polo cafeeiro a partir da tríade – disponibilidade de terras, oferta de mão-de-obra escrava e preço do café – possibilitando que a vila fosse elevada já na metade do século à categoria de cidade; a segunda via, decursiva da primeira, que contribuiu na ampliação de espaços e atividades que apresentam Juiz de Fora como o locus de novas atividades e investimentos, ainda que originalmente vinculados a uma base agropecuária (MIRANDA, 1990, p. 90). Essa dinamização do núcleo urbano junto ao desenvolvimento de uma estrutura administrativa e policial, através da aparelhagem do fórum e da cadeia municipal, estruturam as atividades de controle e normatização do espaço e da população serviram de assento para que fosse garantido o estatuto de cidade em 1856. A partir desse momento os investimentos podiam ser realizados independentemente da propriedade fundiária e se apresentar de formas diferenciadas em relação ao espaço urbano e rural. Nesse sentido, a autora entende que partindo dessa dinâmica as relações de propriedade no espaço urbano se tornam mais complexas, acompanhando o fluxo nacional suscitado pela Lei de Terras, ampliando

na cidade a mercantilização da área urbana (MIRANDA, 1990, p. 91).

Desde a década de 1870 a cidade assistiu a um crescimento vertiginoso assegurado por um massivo investimento de capitais endógenos provenientes das lavouras, resultando em um processo de industrialização pioneiro em Minas Gerais, o surgimento de uma classe mercantil e comercial próspera e, acompanhando esses processos, um movimento de urbanização rápido e desordenado, que não deu conta de absorver o imenso contingente de mão-de-obra disponível, resultando em um aprofundamento do desemprego, da pobreza e da mendicância.

Em termos de governabilidade, o poder local, representado pela Câmara Municipal estabelecia diálogos interessantes com outras instituições da cidade. A Sociedade de Medicina e Cirurgia, fundada em 1889, evidenciando a expansão do campo científico em Juiz de Fora atribuído à efervescência econômica e cultural, visando atender aos novos moldes modernos. A relação entre as duas instituições se apresentava de forma amigável, não raro constando nas atas da SMCJF e na imprensa a disponibilidade da Sociedade em cooperar e prestar serviços referentes à higienização da cidade e medidas sanitaristas, embora nem sempre a convivência fosse tão amistosa, já que foram diversas as situações em que a Câmara relegou as propostas de saneamento e higienização em detrimento de interesses empresariais que se mostravam mais lucrativos (LANA, 2006). A Associação Comercial formada pelo setor empresarial em 1896 a fim de articular os interesses dos grupos comercial e industrial, exercendo um papel fundamental de sustentáculo do poder local, formulou projetos de cunho político, ligados à edificação de uma ideologia do trabalho, sobretudo formal e assalariado, contribuiu para a reordenação urbana, de maneira que esta comportasse estruturalmente o avanço industrial e ampliação dos investimentos preconizados por esses grupos. Miranda observa que tanto no campo discursivo, quanto nas intermediações com a Câmara Municipal essas duas instituições convergiam muitas vezes, entretanto, como colocado anteriormente, em alguns momentos os interesses da Associação Comercial, tenham se sobrepujado à SMCJF, quando a lucratividade era mais atrativa que as medidas relacionadas à salubridade (MIRANDA, 1990, p.129).

Nesse contexto em que ocorria um processo de modernização em termos concretos e simbólicos, frente a uma massa de grupos pobres e marginalizados, a municipalidade se ocupou em lançar mão dos aparatos legislativos e jurídicos que lhes cabiam para conter e coibir as condutas, sociabilidades, práticas de sobrevivência desses segmentos, recolocando-os no campo da vagabundagem e depravação moral. Estes viam sua circulação pela cidade engessada pelas atribuições das Resoluções Municipais, mesmo que muitas vezes fossem burladas, e se viam cercados pelo contingente policial que agia com autorização do poder local com a finalidade de coibir suas práticas “nefastas”, e impeli-los a uma ocupação, como sugeria a nova ideologia do trabalho.

2 | AS RESSONÂNCIAS DA CARIDADE: O JORNAL “O POBRE”

No município muitas associações caritativas perpassaram o cenário no princípio do século XX até aproximadamente a década de 1930, com trajetórias similares, ao menos em alguns pontos, e tiveram bastante destaque e contaram com o apoio da população, tais como a Santa Casa de Misericórdia, a Associação “Fé, Humildade e Caridade”, de vertente espírita kardecista fundada em 1901, e a Sociedade São Vicente de Paulo, que chegou à cidade na primeira década do século XX realizava obras de recolhimento e fornecia abrigo aos indigentes.

Chama a atenção uma agremiação que compartilhava das tradições vicentinas, a União Catholica Pão de Santo Antônio, que a primeira menção pode parecer uma associação oriunda dos setores eclesiásticos, mas foi fundada em 1898, por um dos comerciantes e empreendedores mais prósperos da cidade, além de grande benfeitor, Francisco Batista de Oliveira, entre outras distinções, fundou o Banco de Crédito Real e a Academia de Comércio.

A associação foi fundada com o propósito de distribuir alimento às famílias pobres e aos indigentes, sobretudo o pão, através da arrecadação mensal dos membros e sócios. A União foi responsável pela edição de um periódico que circulou de 1899 a 1901, O Pobre, atravessado por um viés católico e teve como colaborador o padre Júlio Maria – pároco da igreja de São Sebastião e formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo – e também um dos principais articuladores do editorial. A epígrafe do jornal trazia a sentença “A esmola é capital do pobre e o juro do rico”, atribuída ao referido padre.

Na coluna de abertura no primeiro número publicado, coincidentemente ou não, no dia 25 de dezembro de 1899 escrita por Júlio Maria, a pobreza é classificada como a melhor e mais nobre das causas, e que a magnífica fecundidade de obras católicas nesse sentido é um dos melhores empreendimentos do século, e demonstram “a solicitude pelos proletários, a compaixão do pauperismo, o amor do pobre” com o único objetivo de “aliviar a pobreza e dignificar o pobre”. O padre acrescenta que a suprema identificação do pobre com a figura de Jesus Cristo que torna a esmola, ao menos na esfera religiosa, ao mesmo tempo um direito e uma justiça, e termina dizendo que “levantar o pobre contra o rico – é socialismo. Consorciar o rico com o pobre na permuta da gratidão pela esmola – é amor, é justiça, é christianismo”.

A comparação dos pobres com a figura de Jesus não é um artifício novo, nas sociedades medievais essa relação já era estabelecida, a ideia do desvalido como o “pobre de Cristo” (SCHMITT, 2005, p. 273). Mas nesse caso especificamente esse ideal é empregado aparentemente como uma tentativa de naturalizar a condição de pobreza, ou, ao menos, tratar a questão sob panos quentes já que a sua erradicação não estava nem perto de acontecer, afinal, Jesus é o homem que desposou a pobreza.

Outra característica marcante presente nessa fala é a expectativa social em torno de um pobre dócil, domesticado, resignado, pois aquele que se levanta contra o rico

– que através da esmola garante o capital desse pobre, como sugere a epígrafe do periódico – que não acata a sua condição é o verdadeiro pobre (GEREMEK, 1995, p. 8). Consta uma notícia n’O Pharol, de 1915 relata que um velho que vivia na cidade às custas da caridade alheia deu uma cacetada em uma velha cega que negou-lhe trocar 400 réis por notas miúdas, ficando a notícia com a seguinte chamada: O mendigo Feroz. Sem entrar no mérito da agressão vemos que há um estigma (GOFFMAN, 1988: 12), isto é, uma conduta esperada e incentivada pela maioria da sociedade civil dominantes em termos sociais, econômicos e culturais em relação a esses desclassificados, e quando essa expectativa é quebrada se institucionalizam as práticas coercitivas e o medo. A condição de medo que a existência desses sujeitos gera, a possibilidade da sublevação e quebra da ordem e estruturas estabelecidas que esses marginalizados poderiam causar, associadas ao socialismo que como vimos já era percebido enquanto ameaça, às movimentações dos trabalhadores pesando a ideia que suas articulações trabalhistas e sindicais deveriam ser consideradas perigosas.

O jornal não contava apenas com esse tipo de coluna ensaística, também se ocupava com notícias da cidade, tendo uma curadoria editorial bem parecida com a imprensa “tradicional”. Em uma coluna fixa, denominada A semana, como o próprio nome sugere, trazia um resumo de pautas importantes que ocorriam no município entre um número e o próximo. Em uma dessas, o redator se ocupou principalmente de um assunto, que de acordo com a sua opinião reclamava medidas enérgicas da polícia e das demais instituições: a jogatina. Esta estaria flagelando grande parte da população fossem homens, mulheres, velhos ou crianças, tomando dos estabelecimentos sérios braços necessários ao trabalho, entretanto a polícia fechava os olhos diante dessa “miséria”. Na mesma edição, outra coluna do padre Júlio Maria discorria sobre o que seriam Os Inimigos do Pobre, ele discorre sobre a enfermidade principal do século, que é a preponderância dos interesses materiais em detrimento da moral, e um dos principais inimigos do pobre, que atingia os homens de bom coração, entretanto, com uma educação incompleta e valores deturpados, era a avareza. Porém, acrescentava que na sociedade em que viviam o pobre se deparava com “maiores e mais terríveis inimigos”, ocultos em boas intenções, são eles o jogo, o luxo e a gula.

Muito provavelmente colunas distintas tocando no mesmo problema na mesma edição não é um fato arbitrário, e sim uma escolha. Percebe-se que esses “inimigos”, não se aplicam somente em prejudicar o pobre, embora estes sejam os mais prejudicados. Estes são acometidos duas vezes, primeiro por se entregarem a esse vício nefasto ao invés de se aplicarem o trabalho, e segundo pela forma como isso afeta a solidariedade e a caridade dos homens que ao se entregarem a esses inimigos deixam de contribuir com a esmola. Dessa forma, observamos que determinadas práticas consideradas perniciosas eram desestimuladas não só entre os grupos marginalizados como também se estendia para toda a sociedade. Há um desejo evidente de normalizar os corpos e condutas de uma maneira geral, descartar aquilo que não condizia com a figura do sujeito – sobretudo do trabalhador – moralmente correto, higienizado, cristão,

de bem. Afinal não só as cidades e as pessoas deveriam ser esteticamente asseadas, mas também a sua moral, como atesta a própria medicina higienista nesse momento (COSTA, 1999).

São poucas as edições disponíveis, mas a partir desses números podemos observar que no discurso veiculado por esse periódico há uma preocupação em ocupar esses pobres, de fazer com que estes se entreguem ao trabalho, acrescentando um sinal positivo nessa nova ideologia do trabalho. Além disso, essa postura não se concentra apenas no editorial d'O Pobre, mas em outras instituições, como o Asilo de Mendigos, fundado em 1895 por iniciativa do padre João Emílio, que como afirmou ao rebater as críticas ao empreendimento, o local se destinava não só a abrigar esses mendigos, mas também a dar-lhes trabalho, respeitando seus limites físicos. Se olharmos as metáforas entre o pobre e a figura de Jesus, pensando que a figura desse Cristo que permeia o discurso do jornal é aquele mundano, o carpinteiro, que não se revolta com essa condição, ao contrário, a acolhe, evidencia essa tentativa de alinhar o discurso religioso, cristão, ao homem/trabalhador de bem, moralmente correto, livre de vícios. Essa posição não é arbitrária, e mesmo supondo que essa seja uma posição geral da Igreja Católica, perceber que esse discurso é veiculado justamente por uma associação caritativa que tem como fundador e principal benemérito a figura de Batista de Oliveira, esse que é um dos nomes centrais associados ao comércio e empreendedorismo na cidade, e mais tarde dará o nome a uma das principais ruas da região central, em que o nome anterior coincidentemente ou não é Rua do Comercio, demonstra que há um consórcio de valores entre esse setor comercial e igreja, ou a apropriação de um discurso em benefício de um grupo seletivo de indivíduos no plano local.

Essa tendência de sacralizar a pobreza, mais evidente no posicionamento do periódico, mas presente nesse movimento caritativo da cidade pode ser explicado pela origem dessas agremiações, que são majoritariamente cristãs, mas não deve ser a única interpretação. Como pudemos perceber existiu um movimento de apropriação e alinhamento desse discurso religioso por esses grupos empresariais, seja fundiário ou comercial/industrial. Como foi apontado, o uso desse discurso por parte das elites revela uma tentativa em positivar essa ideologia do trabalho que vinha se consolidando e como uma forma de civilizar e docilizar esses trabalhadores, e em certos momentos, se estendia aos demais grupos do tecido social, como vimos na questão da jogatina, e, ao mesmo tempo, transmitir uma imagem positiva do trabalho.

Esse mutualismo entre a igreja e a elite empresarial também nos faz pensar em um antagonismo com outro setor: os movimentos trabalhistas e sindicais da cidade. No fim do século XIX vereadores na câmara municipal já se referiam aos proletários urbanos como articulados e perigosos, e a partir de 1900 começam a surgir no Brasil as primeiras movimentações de organização do proletariado, as Ligas Operárias, a formação do movimento sindical, com certa influência das ideias socialistas e anarquistas, que chegavam muitas vezes em função dos imigrantes europeus que já tinham um contato prévio com essas ideias nos seus países de origem. Quando o

padre Júlio Maria afirma que levantar o pobre contra o rico é socialismo, vemos que nesse momento já existia uma conotação negativa em torno dessas ideias, talvez em razão de uma percepção radical e subversiva com que essas ideologias eram interpretadas pelas classes dominantes.

Se existia uma tradição que atravessou séculos, em que setores religiosos são em certa medida responsáveis pelo cuidado com os pobres, e teve um papel importante nas obras de caridade não só nesse recorte local, mas atua ainda hoje por várias regiões do globo, esses movimentos sindicais e suas mutuais por outro lado visam e exigem melhores condições de vida e de trabalho, proporcionam assistência aos “seus” (VISCARDI, 2004), mas atuavam fora e em desacordo das vias estabelecidas, causando incômodo, preocupação e medo nesses setores dominantes, fossem dos governos, patrões ou da própria igreja. Se grupos de empregadores sustentavam o discurso religioso como uma forma de enaltecer e justificar essa ideologia do trabalho, e esperavam trabalhadores domesticados e resignados com as condições que lhes eram oferecidas, e mesmo uma turba pobre e marginalizada que sobrevivia com o auxílio de obras de caridade e acreditavam que a melhor saída possível dessa condição fosse o trabalho, no outro lado os movimentos trabalhistas sustentados por essas ideologias exigiam novas e melhores condições, não se contentavam com o que era ofertado, e acabavam se tornando inimigos públicos da nação. Esse processo também era visto como inconveniente aos olhos da igreja, pois seus dogmas em certa medida deixavam de fazer sentido em muitos momentos para esses trabalhadores, mesmo que esses permanecessem fieis a sua religião, esta já não cabia na totalidade da vida e do cotidiano desses indivíduos.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos em torno da caridade em Juiz de Fora movimentaram, em alguma medida, muitas, senão todas as categorias sociais: as camadas empobrecidas, o poder público, os cidadãos “comuns”, cidadãos “ilustres”, imprensa, igreja, enfim, um tecido social emaranhado a partir dessas questões acerca da filantropia. A municipalidade teve uma participação pouco ativa em termos de assistência, subsidiava em parte a Santa Casa de Misericórdia e arcava com pagamentos extras a médicos e farmacêuticos pelo tratamento de doentes e medicações necessárias; no entanto, se fez bastante presente através das instituições policiais e dos aparatos jurídico e legislativo que intentam coibir e eliminar do espaço urbano esses miseráveis. A imprensa cumpria um papel interessante tanto de denúncia do péssimo estado em que se encontravam muitos desses sujeitos, e servia como um meio que parte desse grupo possuía de ter alguma voz e buscar ajuda, e ao mesmo tempo expunha a moral “depravada” e o desprezo pela norma e pelas leis dos supostos vagabundos. Além de mostrar como não há uma racionalidade explícita e única nesse veículo, evidencia como esses marginalizados eram um contingente profundamente heterogêneo sem delimitações

precisas. O destaque no trato e cuidado com a mendicância são das associações caritativas, predominantemente de cunho religioso, e através dessas agremiações se articularam os grandes benfeitores da cidade, demonstrando um protagonismo desse grupo não só no campo econômico, como também sócio-político.

Quanto aos pobres, estes eram evidentemente um grande incômodo em termos práticos e simbólicos, adoecendo o projeto de cidade moderna e civilizada que buscavam construir, como uma mazela social contagiosa. Criminalizados por suas formas de vida, culpabilizados pelas doenças que os atingiam e pela estrutura de um sistema que não os absorvia, existia uma clara tentativa de eliminá-los, se não completamente, pelo menos das vistas, do centro da cidade, como uma sujeira que se varre pra debaixo do tapete.

REFERÊNCIAS

Hemeroteca Digital Brasileira, “**O Pharol**”, 21 de Janeiro de 1890.

Hemeroteca Digital Brasileira. “**O Pharol**”, 24 de Abril de 1915.

Arquivo Público Mineiro. “**O Pobre**”, 25 de Dezembro de 1899.

Arquivo Público Mineiro. “**O Pobre**”, 8 de Janeiro de 1900.

BERMAN, Marshall. “**Tudo que é sólido desmancha no ar**”. Trad. De Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

COSTA, Jurandir Freire. “**Ordem médica e norma familiar**”. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GEREMEK, Bronislaw. “**A piedade e a força: a história da miséria e da caridade na Europa**”. Trad. De Maria da Assunção Santos. Lisboa: Terramar, 1995.

GOFFMAN, Erving. “**Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**”. Trad. De Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

LANA, Vanessa. “**Uma associação científica no “interior das Gerais”**: A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1889-1908)”. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde). 2006. FIOCRUZ, Rio de Janeiro.

MIRANDA, Sonia Regina. “**Cidade, Capital e Poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira**”. 1990. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SCHMITT, Jean-Claude. “**A história dos marginais**”. In: LE GOFF, Jacques; REVEL, Jacques; CHARTIER, Roger (orgs.) “**A História Nova**”. São Paulo: Martin Fontes, 2005.

VISCARDI, Cláudia. “**Mutualismo e Filantropia**”. In: Revista Locus, v. 10, nº 1. Juiz de Fora: 2004.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação Penal 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67
Amarração 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35
Análise de políticas públicas 187
Anarquismo 176, 177, 178, 182, 184, 185
Anarquista 176, 177, 178, 179, 181, 182, 185
Araguaia-Campo Sagrado 157

B

Branquitude 198, 199, 200, 201, 202, 206

C

Caricatura 217, 219, 220, 227
Caridade 110, 114, 115, 117, 118
Carnaval 1, 3, 4, 5, 6, 9
Ceará 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36
Colonização 19, 39, 80, 82, 83, 84, 93, 119, 124, 128, 133, 134, 136, 146, 199, 202, 215
Crise 112, 145, 176, 179, 181, 185, 213, 217
Crítica da Economia Política 13, 24
Cultura histórica 208, 210, 212

D

Democracia 9, 10, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 194, 211
Discurso Econômico 13, 14, 23, 24

E

Economia Política 13, 18, 21, 22, 23, 24
Educação 37, 43, 44, 45, 78, 79, 96, 102, 106, 108, 115, 119, 126, 136, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 182, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 211
Educação patrimonial 108, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156
Encantaria 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 94
Ensino de História 1, 4, 43, 44, 106, 107, 215
Escola de samba 1, 3, 4, 5, 6

F

Filme 157, 159, 166, 169, 175

G

Golpe 176, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 211
Guerra do Paraguai 217, 219, 220, 227

Guerrilha do Araguaia 157, 158, 161, 164, 175

Guia básico de educação patrimonial 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155

H

História da Educação 187, 191, 195, 201

História do Brasil Colonial 119

História do Direito 58, 63, 64, 65, 67, 68

História do Processo Penal 58, 63

História local 95, 148, 156

Historiografia 4, 25, 28, 37, 62, 63, 112, 136, 137, 141, 144, 162, 179, 208, 212, 215, 217, 220

I

Identidade 3, 5, 6, 7, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 42, 48, 49, 70, 72, 73, 78, 96, 97, 98, 104, 118, 175, 198, 199, 209, 210, 215

Ideologia 13, 14, 15, 17, 20, 23, 24, 27, 32, 113, 116, 117, 178, 199, 203, 216

Indígenas 3, 9, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 183, 199, 202

J

Judith Butler 70, 71, 73, 75, 77, 78, 79

L

Legislação 60, 66, 133, 139, 141, 142, 187

Lulismo 187, 188, 189, 191, 194

M

Maranhão 25, 32, 34, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 119, 144, 145

Matéria Cavaleiresca Alemã 80

Memória 4, 36, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 85, 86, 96, 97, 98, 100, 102, 106, 108, 109, 149, 151, 152, 154, 156, 157, 158, 161, 162, 164, 167, 169, 172, 174, 175, 212, 214, 215, 220, 227

Michel Foucault 70, 71, 72, 74, 78

Missão 119, 120, 122, 123, 124, 125, 129, 131, 143, 144, 192

N

Negociações 38, 39, 58, 63, 64, 66, 67

O

Ordem de São Francisco (OFM) 119

P

Periódicos 28, 31, 65, 98, 180, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

Pesquisa 25, 28, 37, 38, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 66, 72,

92, 95, 96, 98, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 148, 150, 158, 164, 174, 176, 178, 180, 184, 185, 187, 188, 192, 196, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 208, 213, 217, 227

Piauí 25, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36

Pobreza 110, 111, 113, 114, 116, 177, 189, 190

Política Educacional 187

R

Racismo 7, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 212

Regime militar 9, 10, 157, 158, 164, 174

S

Samba enredo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11

Subjetividade 198, 200

T

Teoria Queer 70, 71, 72, 73, 75, 78, 79

Transição ao capitalismo 13

 **Atena**
Editora

2 0 2 0